



Jornal da

ASEAC

Distribuição gratuita / ESPECIAL PRECE

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

PRECE: orar e vigiar... mas vigiar muito...

MUITO MESMO!

ASEAC e demais entidades da categoria levam à SPC, em Brasília, pedido de providências para sanear a PRECE e preservar patrimônio dos trabalhadores e associados do fundo de pensão da CEDAE

PÁGINAS 2 A 16

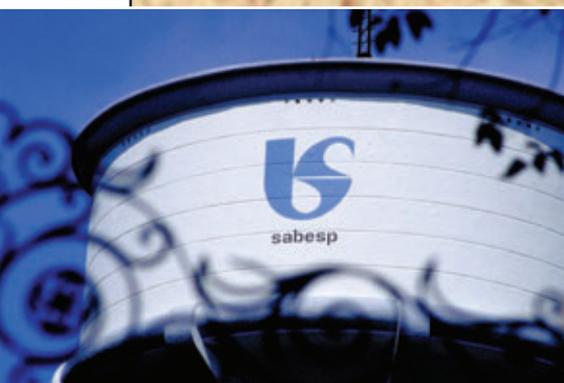
PARAFRASEANDO O GENIAL E SAUDOSO OTELO CAÇADOR: "HOJE, O CORAÇÃO DO VERDADEIRO CEDAEANO NÃO BATE, APANHA"

Flávio Guedes
Presidente da ASEAC



Que Inveja da Sabesprev!!!

Fundo de Previdência dá "show" de seriedade e responsabilidade e supera meta de investimentos



MODELO DE COMPETÊNCIA

Fundo de pensão dos trabalhadores da Sabesp repete exemplo de eficiência da empresa de saneamento paulista na gestão do plano de previdência complementar





**Associação
dos Empregados
de Nível
Universitário
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,
120, Sala 1004, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail:
aseac@veloxmail.com.br
Home Page:
www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Flávio Guedes

Diretor Vice-Presidente

Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo

Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro

Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação

Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico

João Benedito Mello

Diretor Social

Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico

Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto

Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

Repres. dos Advogados

Aloysio Gomes Feital Filho

Repres. dos Aposentados

Antonio Bastos de Oliveira

José Rômulo de Melo

Paulo C. S. Ripper Nogueira

Repres. dos Arquitetos

Tânia Mara Silva

Repres. dos Contadores

Sérgio Pereira

Repres. dos Economistas

João A. Vasco Rodrigues

Repres. dos Engenheiros

Adriano Gama Alves

Armando Costa Vieira Jr.

Carlos Henrique Pereira

José Roberto da C. Dantas

Mara R. K. K. S. Alô

Sérgio Vieira F. Martins

Repres. dos Geólogos

Paulo Roberto da Cruz

Repres. dos Químicos

Augusto César F. Gesteira

Conselheiros Natos

Antônio Ignácio da Silveira

Walnir B. de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do R. Pinto

Renato Lima do E. Santo

Carlos Henrique Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Paulino Cabral da Silva

Conselho Fiscal

Jaime Dutra Noronha

Ricardo Afonso das N. Leitão

Sueli Kolling

Myriam Allemmand D. Diniz

Rita de Cássia R. dos Santos

Jorge Rodrigues Leitão

Jornalista Responsável

Carlos E. Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Projeto Gráfico

J. Paulo Sampaio

Planeja e Informa
Produções Ltda.

(21) 2524-0890/
2220-0656

www.planinrio.com.br

ENTIDADES EXIGEM

Administração especial na PRECE

Entidades pedem a SPC providências para preservar patrimônio dos associados

As oito entidades que integram o Movimento em Defesa da CEDAE, da CAC e da PRECE entregaram, no último dia 1º de fevereiro, à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), em Brasília, um documento solicitando ao órgão regulador dos fundos de previdência a nomeação de uma administração especial para a PRECE-Previdência.

Baseado na Lei Complementar nº 109/2001, os representantes das entidades querem a interferência da SPC para levantar a real situação do fundo de previdência dos empregados da CEDAE e determinar as medidas necessárias para sanar as irregularidades denunciadas pela CPMI dos Correios, que apura os prejuízos causados aos associados da instituição, apontando um rombo que hoje já estaria próximo de R\$ 400 milhões.

O documento, assinado por enti-

dades que representam os trabalhadores da CEDAE, solicita um elenco de medidas urgentes para preservar o patrimônio dos associados da PRECE. Entre outras providências, as lideranças reclamam da falta de eleições para preenchimento de vagas dos representantes dos empregados nos conselhos Fiscal e Deliberativo e de Diretores do fundo de previdência, da dívida da patrocinadora, déficit, cadastramento e recadastramento, gestão e outros problemas.

As associações e sindicatos sig-

Foto: Acervo ASEAC



Representantes dos associados expuseram sua indignação à SPC, em Brasília



Foto: Divulgação

natários do documento são: o Sindicato dos Trabalhadores de Campos, Sindicato dos Engenheiros (SENGE), Sindicato dos Administradores (SINTAERJ), Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE (ASEAC), Associação Fluminense dos Trabalhadores em Água e Esgotos (AFTAE), Associação dos Aposentados da CEDAE (ASAPAE), Associação dos Trabalhadores da CEDAE (ASTEC) e ASCED/GOLFINHO e Conselho deliberativo da ANAPAR.

Caixa Preta

Segundo o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, “a PRECE se transformou numa espécie de caixa preta para os associados. Nos últimos 18 meses, foram feitos vários pedidos oficiais de informações pela Associação sobre a movimentação e as aplicações do fundo, mas todas caíram no vazio”. Junto com as demais entidades, a ASEAC vem tentando há quase dois anos obter informações da direção da PRECE e

da CEDAE e não consegue.

– Trata-se de um direito nosso – afirma Flávio Guedes (32 anos de CEDAE e fundador da PRECE), que, ao lado de outros dirigentes da ASEAC, vem sofrendo pressões da direção da CEDAE e da PRECE, sem falar da má vontade do fundo de previdência dos empregados da CEDAE, que tem cerca de 14 mil associados, para atender as solicitações das entidades. E segundo ele, a situação vem se agravando: a dívida da CEDAE com a PRECE, em fins de 2004, já somava aproximadamente R\$ 615 milhões. “Se for considerado o déficit das aplicações, teremos algo em torno de R\$ 815 milhões. Corrigido, esse valor chega a R\$ 950 milhões. Agora, fomos brindados com as notícias divulgadas por toda a imprensa dando conta de um rombo de R\$ 309 milhões com operações feitas especialmente na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), além de outros R\$ 35,7 milhões em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)”, afir-

ma o presidente da ASEAC.

De acordo com um documento divulgado na imprensa pela CPMI dos Correios em meados de janeiro, os fundos de pensão perderam um total de R\$ 75,9 milhões em operações com títulos públicos, entre 2000 e 2005. Quase metade desse prejuízo pertence à PRECE. O mesmo documento mostra também que, no ano passado, o fundo de previdência da CEDAE teria investido R\$ 29,5 milhões (49,4% do que comprou em CDBs) em papéis do Banco Rural, classificados como de alto risco. Os dados foram entregues pelo deputado ACM Neto (PFL/BA), sub-relator responsável pela investigação nos fundos. Entre julho de 2003 e setembro de 2005, a PRECE, segundo o relatório parcial do parlamentar, teria tido perdas de R\$ 41 milhões em operações com apenas três corretoras: a Novoinvest S/A, Laeta DTVM e Novação.

– Agora, no final de Janeiro, a CPMI encontrou mais uma fonte de prejuízo na PRECE, que teria perdido também outros R\$ 24,3 milhões em negócios feitos no mercado secundário de títulos públicos com papéis chamados CVS, no período de agosto de 2003 a julho de 2005 – reclama Flávio Guedes. Segundo ele, é preciso pôr um ponto final nessa situação. Precisamos saber qual é a situação real da PRECE, de forma transparente, para que possamos nos mobilizar e tomar as providências necessárias, até juridicamente, se for o caso. E para isso, só vimos uma alternativa: solicitar à SPC a nomeação de uma administração especial para o nosso fundo de previdência – conclui o engenheiro.

“Nos últimos 18 meses, foram feitos vários pedidos de informação sobre a movimentação e as aplicações do fundo, mas todas caíram no vazio”



Foto: ???



SIGILO QUEBRADO

Indícios de gestão temerária e denúncias impõem mudanças

POR MAIS transparência

Uma lista dos 10 principais itens que hoje atormentam os associados da PRECE, analisados e justificados um a um, além de farta documentação, compõe o dossiê entregue pessoalmente na secretaria de Previdência Complementar (SPC) pelos representantes das entidades signatárias, em Brasília e que, segundo eles, são indícios claros de “gestão temerária” e falta de transparência da gestão do fundo que justificam a indicação pela SPC de uma “Administração Especial para a PRECE”.

No documento, as lideranças dos empregados da CEDAE apontam a questão da carteira de investimentos como uma das maiores preocupações, “pois a rubrica renda fixa, que deveria priorizar investimentos conservadores (aplicações em títulos do governo federal), não chegam a somar 10%”. Do total aplicado de R\$ 381,137 milhões, apenas R\$ 28,110 milhões foram investidos nessa modalidade, advertem. Por outro lado, as aplicações em instituições financeiras chegam a R\$ 298,446 milhões e em títulos de empresas somam R\$ 82,691 milhões.

“Notamos ainda uma sistemática aplicação em debêntures não conversíveis da CESP, que nem sequer permitem participação societária na empresa”, afirmam as entidades. De acordo com o documento, há uma “enigmática” falta de confiança em títulos do governo federal, “o que para nós se configura uma temeridade”. Além disso, argumentam, o noticiário dos jornais/TV

e a linha de investigação da CPMI dos correios “aumentam ainda mais nossa preocupação. As punições a dirigentes, assim como as convocações para que deponham nas comissões, deram origem a mais despesas com matérias pagas na imprensa”, alegam as associações e sindicatos, que anexaram cópia de documentos comprovando esses gastos. De acordo com as denúncias, após a instalação da Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, foram gastos, através da Conta Movimento da PRECE, R\$ 600.939,27 com

informes publicitários e contratação de advogados.

O documento das entidades ressalta também o desacordo entre a defesa apresentada na CPMI pelo gerente de investimento da PRECE, Paulo Martins, e o auto de infração lavrado pela SPC (22/05-11) em novembro, aos diretores do fundo, uma vez que ele alegou “a inexistência de responsabilidade perante aos fundos terceirizados”. Segundo argumenta o documento encaminhado à SPC, conforme a Resolução do Conselho Monetário Nacional número 3121/



Rodrigo Maia, líder do PFL, defende a apuração rigorosa pela CPMI

Valter Campanato/ABR



03, que regulamenta os investimentos em entidades de previdência complementar, as aplicações realizadas diretamente pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) se equiparam àquelas efetuadas por meio de fundos de investimento ou de carteiras administradas, “fato este que, aliás, gerou a autuação imposta pela SPC”. Neste ponto, o dossiê incorpora provas de que PRECE se recusou a afastar as empresas acusadas de irregularidades nos investimentos.

Por fim, o documento analisa ponto a ponto os procedimentos adotados pela PRECE e outras medidas – todas com provas documentais - que as entidades consideram temerárias para a gestão do fundo de previdência e para a preservação do patrimônio dos associados:

CUSTEIO

O custeio dos planos PRECE I e II tem sido sistematicamente descumprido, conforme pode ser comprovado através da análise dos quadros referentes à composição da reserva técnica e nos demonstrativos do total de provisões matemáticas por plano de benefício. Isto contribui, de maneira inequívoca, para a redução da capacidade de investimento para a consolidação da reserva matemática de benefícios, causando preocupante desequilíbrio dos planos, agravado pela falta de firmeza da direção da PRECE em usar a legislação para efetuar uma cobrança correta.

DÍVIDA DA PATROCINADORA

O relatório da auditoria independente, apresentado no Relatório Anual de

2004, registra dados inquietantes. Por exemplo: a dívida referente a contribuições atrasadas não recolhidas nos prazos normais era, em 31/12/04, de R\$ 607.099.141,67. A esta dívida, deve-se juntar o total de aluguéis de imóveis da PRECE à CEDAE, no valor de R\$

O documento analisa os procedimentos adotados pela PRECE e outras medidas que as entidades consideram temerárias para a gestão do fundo

6.511.960,12, somando então R\$ 615.711.101,79, o que totaliza, portanto, 43,7% das provisões matemáticas que, desse modo, ficam comprometidas por não se encontrarem representadas por ativos efetivamente disponíveis. Observem que são dados de 1 ano atrás, podendo hoje, fevereiro 2006, estarem muito mais atrasados ainda! Não temos conhecimento de ações de cobrança realmente efetivas por parte dos gestores da PRECE.

ADESÃO AOS PLANOS

A patrocinadora – a CEDAE – admitiu, através de concurso público, mais de 900 empregados. E desde as admissões, a PRECE começou a interpor dificuldades para a adesão dos citados aos planos de benefícios PRECE I e II. Porém, após se comprometer em uma reunião e convocar os novos empregados para ato formal de adesão, a PRE-



Valter Campanato/ABR

ACM Neto, sub-relator da CPMI, quer concluir seu relatório até março



**SIGILO QUEBRADO**

CE encaminhou, no mesmo dia, ofício à SPC solicitando Medida Cautelar Administrativa, com argumentos contrários, visando à suspensão da adesão aos planos, obtendo despacho favorável no dia 22 de julho de 2005. O problema dos novos contratados continua até hoje sem solução.

DÉFICIT

O déficit crescente no Plano PRECE I vem evoluindo de forma constante, atingindo a cifra de R\$ 201.230.694,48, em 31/12/03, e chegando a R\$ 236.514.948,81, em 31/12/04, conforme mostra o quadro de Demonstração Patrimonial – Plano PRECE I (página 25 do Relatório Anual de 2004). Não temos qualquer notícia de medidas saneadoras. Além disso, nos quadros referentes à composição de reserva técnica, não há registro de qualquer contribuição da patrocinadora nos exercícios 2003 e 2004, o que se confirma nos quadros do demonstrativo da composição consolidada das contribuições CEDAE e CAC. O cenário se torna ainda mais preocupante, ao se constatar, no quadro de demonstrativo de resultados – Plano PRECE I, que os rendimentos das aplicações totalizam apenas R\$ 57.542.271,42, revelando-se insuficientes, quando somados às contribuições dos participantes, para atender às demandas de benefícios concedidos e a conceder. Deve-se verificar também que não há registros das contribuições dos assistidos para os planos PRECE I e II nos demonstrativos do relatório, o que indica tendência de déficit crescente.

CADASTRO E RECADASTRAMENTO / IMPOSTO DE RENDA

A entidade vem sendo gerida com um problema crônico de falta de cadastro correto e atualizado que possibilite, entre outras coisas, uma avaliação atuarial segura e um prognóstico confiável dos benefícios a conceder. O recadastramento efetuado há mais de dois anos ainda não foi implantado no sistema, gerando constrangimentos para os participantes no momento da obtenção da complementação e, principalmente, impacto negativo na formação das reservas, que se baseiam em premissas equivocadas ou incompletas, num flagrante desrespeito à lei, o que gera um distanciamento das boas práticas administrativas de uma EFPC.

RENOVAÇÃO DE MANDATOS

O atual estatuto aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE (23/01/03) e pela SPC (25/03/03) determinava, por força legal, que os mandatos de todos os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal fossem renovados em dezembro de 2003 e que os mandatos desta primeira investidura tivessem duração diferenciada para atender a forma da lei. Esta obriga o seu cumprimento tanto para representantes da patrocinadora quanto dos participantes e assistidos. Ocorre, porém, que até o presente momento não se efetuou a renovação dos mandatos dos membros eleitos (representantes dos participantes e assistidos). Não sabemos qual o mistério do adiamento das últimas eleições (2005)

GESTÃO

Nota-se o efetivo descumprimento do ofício nº 54 de 28/06/05, encaminhado ao Secretário de Finanças do Estado do Rio de Janeiro, tratando de suas responsabilidades específicas, através do qual a SPC informa o seguinte: “os administradores de entidade, os procuradores com poder de gestão, os membros de conselhos estatutários, o interventor e o liquidante responderão civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às entidades de previdência complementar. São também responsáveis os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos a entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada”. Examinando-se as Atas das reuniões, percebe-se que as participações dos três membros eleitos têm sido “mera figuração”, pois as matérias submetidas a voto têm sido desempatadas pelo “voto de minerva”, curiosamente, sempre por 4 X 3. Chama atenção a recente e inoportuna mudança no Estatuto da PRECE, que possibilita a nomeação de diretor de investimento, a ser escolhido no mercado, sem qualquer vinculação com a patrocinadora e/ou participantes, e cujas responsabilidades eram, anteriormente, desempenhadas pelo gerente de Investimentos, com subordinação, imediata ao diretor financeiro.

NOTIFICAÇÃO

Cabe ressaltar que, no dia 15/08/05, os membros do Conselho Deliberativo (eleitos) da PRECE notificaram judicialmente o presidente da CEDAE, Lutero de Castro Cardoso, representante da patrocinadora, e o então presidente do Conselho Executivo da PRECE, Ubiratan de Gusmão Campelo Lima, denunciando irregularidades de uma gestão em práticas ilegais e temerárias, entre outros, que vêm ocorrendo naquele fundo de pensão. A notificação foi distribuída na 14ª Vara Civil do RJ, sob o número 2005.01.100510-3. Várias outras irregularidades foram denunciadas ao Ministério Público Federal do Rio pelo conselheiro eleito Valdemir Luiz de Carvalho (processo nº 1.30.012.0000-72/2006-27).

A entidade vem sendo gerida com um problema crônico de falta de cadastro correto e atualizado que possibilite, entre outras coisas, uma avaliação atuarial segura e um prognóstico confiável dos benefícios a conceder



**IRREGULARIDADES**

Ministério Público
abre investigação para
apurar denúncias

Justiça de olho na PRECE

**Parafraseando o genial e saudoso Otelo Caçador:
“Hoje, o coração do verdadeiro cedaeano não bate, apanha”.**

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MP) abriu um procedimento de investigação criminal para apurar possíveis irregularidades na gestão do fundo de previdência dos empregados da CEDAE, com base nas denúncias da CPMI dos correios e nas informações veiculadas pela imprensa. A informação foi confirmada à reportagem do Jornal da ASEAC pelo próprio MP, adiantando que ainda não se trata de inquérito, mas apenas apuração das possíveis fraudes.

Os dois procuradores responsáveis pelo pedido, José Maria Panoeiro e José Schettino, alegaram no ofício justificando o procedimento que as condutas divulgadas pela CPI dos Correios e pela imprensa podem “configurar delitos financeiros, especialmente relativos à gestão da entidade, que, realizando operações arriscadas e não usuais, colocam em perigo a poupança dos associados”.

Segundo a assessoria de imprensa do MP, as investigações não têm pra-

zo para serem concluídas, mas se durante o decorrer da apuração for detectado desvio de verba ou outra irregularidade, a procuradoria poderá entrar com medida judicial contra os responsáveis. A fase atual se destina a apurar as denúncias contra os dirigentes da PRECE. O Ministério Público solicitou ainda que, caso a ASEAC ou outra entidade tenha informações que ajudem a esclarecer as irregularidades, que enviem à Procuradoria para serem devidamente apuradas.

O Ministério Público quer que a ASEAC e as demais entidades que tenham mais informações enviem à Procuradoria para serem devidamente apuradas

Enxurrada de denúncias

Pelo nível crescente de denúncias que têm surgido através da CPMI e da imprensa, o MP vai ter bastante trabalho no caso da PRECE. Além do rombo de R\$ 309 milhões no fundo de previdência, denunciado pela CPMI em dezembro de 2005, agora surgiram indícios de novas irregularidades, envolvendo R\$ 24,3 milhões, através de negócios feitos no mercado secundário de títulos públicos com os chamados CVS, entre 2003 e 2005.

Os CVS são papéis emitidos pelo Tesouro Nacional para securitizar os créditos do sistema financeiro contra o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). De acordo com as informações dos técnicos da CPMI divulgadas no último dia 30/01 (edição de O Globo), um conjunto de corretoras, coordenadas pela Euro DTVM, ganhou R\$ 40,3 milhões nesse mercado, comprando e vendendo CVS.

A PRECE teria participado com perdas de R\$ 24,3 milhões, ou seja, 60,3% do total ganho pelas corretoras nos 24 meses analisados. Dessa forma, “os ganhos das corretoras soma-



ram cerca de R\$ 1,7 milhão por mês, sendo R\$ 1 milhão obtido na PRECE por meio de precificação extravagante”, afirma o relatório dos técnicos da CPMI. A Euro já vinha sendo investigada pela CPMI por ter sido beneficiada nas vendas de títulos públicos para o Rio-Previdência, fundação dos funcionários do Estado do Rio de Janeiro, e para o Núcleo, fundo das estatais ligadas ao setor de energia nuclear. Segundo a CPMI, os fundos de investimento exclusivos da PRECE seriam os únicos a operar nesse mercado, embora existam outros perdedores não ligados a fundos de pensão.

Bola de neve

O caso envolvendo ex-dirigentes da Prece se agravou no final de 2005, depois que a CPMI dos Correios aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de 14 fundos de pensão – a maioria patrocinada por empresas estatais, com a suspeita de que teriam alimentado o “caixa dois” do Partido dos Trabalhadores (PT). Além da Prece, estariam envolvidos também os fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica, Eletrobrás, Correios, Furnas, Banco Central, dos Servidores Públicos Federais, da Companhia Docas, da antiga Telebrás, Ferroviários, Eletronuclear e Serpro.

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) chegou a lavrar um auto de infração contra a PRECE, alegando a prática de operações realizadas no mercado financeiro “com o intuito de prejudicar” os participantes do plano de previdência dos empregados da CEDAE. A SPC identificou transações feitas entre 2004 e 2005 que teriam redundado em “injustificado prejuízo” à fundação. No auto de infração, decidiu também multar em R\$ 20 mil cinco ex-dirigentes da Prece na época em que as operações foram realizadas, que estão sujeitos a penas que podem incluir inabilitação por dois a 10 anos, entre eles o ex-presidente Ubiratan Campelo.

Segundo as denúncias as investigações da CPMI, veiculadas na imprensa do Rio e de São Paulo, quatro

fundos de investimentos exclusivos da Prece movimentaram, entre fevereiro de 2004 e agosto de 2005, R\$ 99,33 milhões em CVS – um tipo de “moeda podre” de processos de privatização emitida pelo Tesouro Nacional em 1997. De acordo com a SPC, na maioria das vezes em que adquiriram esses papéis, os fundos da Prece o fizeram pelo valor máximo de mercado e, quando se desfaziam deles, praticavam recorrentemente os valores mínimos. A SPC

entendeu que a contumácia de compras efetuadas por preço máximo representou um acréscimo de 70% a 150% sobre o preço mínimo praticado no dia, “o que demonstra que os negócios foram conduzidos pelos gestores com o intuito de prejudicar a PRECE”.

Disputa política

No decorrer do processo de investigação em torno do rombo da PRECE, o caso do fundo de pensão

Foto arquivo



Tranquilidade e segurança - o slogan da PRECE, estampado na parede da recepção de sua sede, se transformaram em indignação e perplexidade, depois das denúncias da CPMI

O caso envolvendo ex-dirigentes da Prece se agravou no final de 2005, depois que a CPMI dos Correios aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de 14 fundos de pensão – a maioria patrocinada por empresas estatais, com a suspeita de que teriam alimentado o “caixa dois” do Partido dos Trabalhadores (PT)

dos trabalhadores da CEDAE acabou ganhando uma inevitável conotação política. De um lado, o PFL acusa a governadora Rosinha Garotinho e seu marido, o ex-governador Anthony Garotinho, de serem os principais responsáveis pelos prejuízos de R\$ 309 milhões na instituição. Do outro, aliados do casal refutam as acusações, afirmando que o governo do Estado do Rio apoia todas as investigações.

O sub-relator dos fundos de pen-

O que preocupa alguns parlamentares é o risco de que, em ano eleitoral, um conjunto de interesses possa dar origem a “operação abafa”, prejudicando os resultados da CPI

são, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto, PFL/BA) quer dar ênfase ao período de 2003/2004 em seu relatório, alegando que “tanto Rosinha quanto Garotinho promoveram o desmonte da empresa”. E promete avançar nas investigações. Por sua vez, o líder do PFL na Câmara, deputado Rodrigo Maia (PFL/RJ), afirma que a CPMI vai avançar e aprofundar as investigações para apurar o que ele chama de “fatos gravíssimos”, envolvendo a PRECE e, portanto, o governo do Estado. E de acordo com o deputado pefelista ACM Neto, os números mostram que não há dúvidas de que, dos 14 fundos de pensão investigados, “a PRECE foi o que sofreu o maior dano”. Segundo afirmou à imprensa, o que chama a atenção é a forma de agir, sempre igual: “primeiro, há uma pequena perda e depois os ganhos; em seguida percebem-se três a quatro corretoras beneficiadas. Por que será?”, questiona o parlamentar baiano.

“Operação abafa”

Mas o que mais preocupa alguns parlamentares que integram a CPMI e os empregados da CEDAE e associados da PRECE – principais interessados nas investigações, portanto

– é o risco de que, em ano eleitoral, um conjunto de interesses possa dar origem ao que alguns parlamentares chamam de “operação abafa”, prejudicando os resultados da CPI.

“O meio político está em alerta, assim como os trabalhadores, pois as investigações apontam para um prejuízo muito grande, envolvendo operações irregulares que não podem ficar impunes”, afirma o presidente da ASEAC. Flávio Guedes garante que isso reduz o espaço para que se tente impedir o aprofundamento das investigações e punições dos responsáveis.

Essa visão coincide com a de alguns parlamentares, que também não acreditam que o aprofundamento dos trabalhos da CPMI possa ser prejudicado por interesses partidários. O deputado Rodrigo Maia, por exemplo, garante que seu partido o PFL – está preparado para “promover mudanças na legislação que possam aumentar a transparência e a fiscalização de todos os fundos de pensão”. Membro da CPMI dos Correios, a própria, deputada federal Juíza Denise Frossard, que é do PPS do Estado do Rio, defende o aprofundamento das investigações para verificar se o dinheiro desviado foi utilizado em campanhas políticas. 



A juíza-deputada Denise Frossard recebeu os representantes dos associados da PRECE

SIGILO QUEBRADO

Depoimentos não ESCLARECEM

Até Bin Laden ganha culpa pelos prejuízos sofridos pela PRECE

Embora diversos ex-dirigentes da PRECE já tenham prestado seus depoimentos aos integrantes da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, os dados revelados por eles até agora pouco serviram para esclarecer as denúncias que vêm sendo apuradas na Câmara. O “mico” maior ficou por conta da ex-diretora financeira Magda das Chagas Pereira, que, segundo o deputado ACM Neto, sub-relator da CPMI, demonstrou total incapacidade técnica para o cargo que ocupou e não conseguiu responder a nenhuma das questões dos parlamentares.

Contudo, o ex-diretor do fundo de previdência, Pedro José Mercador Mendes, fez uma grave denúncia contra a ex-governadora Benedita da Silva (PT/RJ). Segundo as declarações de Mercador, Benedita teria promovido mudanças no estatuto da PRECE para nomear e exonerar diretores, de acordo com os interesses políticos do PT. E foi mais longe, ao afirmar que teria sido pressionado pelo PT para que deixasse o cargo na PRECE.

O ex-diretor-financeiro da PRECE afirmou ainda que 2002 foi o pior ano contábil do fundo de pensão, com queda de aproximadamente

30% da rentabilidade. Mendes foi diretor da Prece entre 3 de janeiro e 6 de agosto de 2002. Mas segundo seu depoimento, as perdas ocorridas naquele período se deveram aos atentados de 11 de setembro do ano anterior, “o que teria provocado uma alta volatilidade do mercado”, disse em seu depoimento. A campanha eleitoral de 2002 - na qual o risco-Brasil esteve elevado, assim como o dólar - foi outro fator desestabilizador apontado pelo ex-dirigente, além de quedas frequentes da bolsa de valores. Durante seu depoimento, Pedro José Mercador Mendes discordou, porém, que tenha havido gestão temerária dos recursos do fundo.

Ao sub-relator, deputado Anto-





nio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), o ex-dirigente da PRECE disse ainda que, durante sua gestão, substituiu o Banco Santos, que geria os investimentos da PRECE, pelo Banco Melo Brascan. Isso, segundo ele, porque o Santos não era bem visto no mercado, representava um risco alto, enquanto o Brascan “era um banco de primeira linha”, afirmou.

A reunião, que deveria ser aberta, assim como outros depoimentos prestados à CPMI, acabou se tornando reservada, atendendo determinação do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Nelson Jobim. A restrição foi imposta sob alegação de que os dados sigilosos relativos a aplicações dos fundos não poderiam ser divulgados.

Segundo a Agência de Notícias da Câmara dos Deputados, os dirigentes da PRECE depuseram protegidos por “habeas corpus” preventivo, concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que garante a eles o direito de permanecer calados durante o depoimento, para não se incriminarem e acabarem presos. A liminar concedida pelo STF também proíbe a divulgação de dados e documentos sigilosos em audiências públicas.

“Laranja”

Outros depoimentos que eram bastante aguardados e que acaba-

ram frustrando os membros da CPMI foram os do gerente-financeiro da PRECE, Paulo Martins, e da ex-diretora financeira Magda das Chagas Pereira, que, segundo o relator de Fundos de Pensão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, tentaram transferir para terceiros a responsabilidade pelas irregularidades detectadas na instituição.

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) não escondeu sua surpresa, ao sair da reunião reservada em que os dois dirigentes, também protegidos por “habeas corpus” preventivo, foram ouvidos. Segundo ele, os dois depoentes atribuíram as irregularidades encontradas até 2002 aos então gestores do fundo, alegando que, na época, ainda não respondiam por diretorias da instituição. Já sobre as operações irregulares descobertas após aquele ano, Magda e Paulo Martins disseram que foram decididas pelos gestores dos fundos exclusivos da PRECE. O sub-relator considerou suspeita também a contratação pela Prece da empresa Quality, para a qual Paulo Martins tinha trabalhado até 2002. A contratação foi feita em 2003, quando Martins assumiu a gerência de investimentos do fundo.

O deputado Magalhães Neto revelou ainda que Magda Pereira se mostrou “totalmente desprepara-

da”, do ponto de vista técnico, para responder às perguntas dos parlamentares. “É muito estranha a indicação de uma pessoa que não entende nada de mercado para responder por essa área”, protestou. Sob a alegação de nervosismo, Magda não conseguiu responder a uma única pergunta dos parlamentares, e pediu ajuda a um gerente da instituição, Paulo Martins, que deu explicações por ela.

Na parte pública da reunião, a ex-diretora foi então substituída nas explicações técnicas por Paulo Martins, que foi convidado a participar

A ex-diretora Magda Pereira se mostrou totalmente despreparada, do ponto de vista técnico, para responder as perguntas feitas pelos parlamentares

O ex-diretor Pedro José Mendes Mercador disse que as perdas ocorridas naquele período se deveram aos atentados de 11 de setembro, no ano anterior, o que teria provocado uma alta “volatividade” do mercado

Foto: Valter Campanato/ABR.



ACM Neto, Deucídio Amaral (presidente) e Rodrigo Maia, membros da CPMI dos Correios



IRREGULARIDADES

do depoimento pela própria Magda, que depôs na condição de investigada. A situação trouxe constrangimento aos integrantes da CPMI. A deputada Juíza Denise Frossard (PPS-RJ) chegou a levantar a suspeita de que a ex-diretora seja “laranja”. Ela foi indicada para o cargo pelo então presidente do fundo de pensão, Ubiratan de Campelo, e o gerente de investimento, Paulo Martins, segundo ele próprio, foi indicado pelo então Diretor Zabo, por uma, inédita, análise curricular. “Nós precisamos saber por que ela foi indicada, se já demonstrou que não tem condições de responder às perguntas”, reforçou o deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).

Para evitar futuras interpelações jurídicas, Paulo Martins falou na condição de colaborador, depois que os integrantes da CPMI decidiram que seu depoimento seria acatado. Ele explicou aos parlamentares como foram escolhidos os gestores e administradores terceirizados dos recursos da Prece.

O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto estranhou ainda que o administrador dos investimentos do fundo de pensão da CEDAE seja uma corretora onde Paulo Martins já trabalhou. O deputado apresentou uma análise dos investimentos da entidade, que mostra os rendimentos e a taxa de risco das aplicações financeiras. Segundo o sub-relator, os recursos do fundo de pensão foram aplicados em investimentos de alto risco, mas com baixo retorno, o que reforça as suspeitas. Chama a atenção da ASEAC o ensurdecido e enigmático silêncio do ex-presidente Ubiratan Campelo de Gusmão, nesse “dantesco” episódio que envolveu a PRECE.



AFINAL, DE

Cresce o jogo de empurras no “salve-se quem puder”

Passada a fase de denúncias e acusações, que parece não ter fim, envolvendo desvios de recursos, operações duvidosas, fraudes e prejuízos milionários, que deixaram atônitos os associados da PRECE, os atores envolvidos, direta ou indiretamente, no escândalo agora partem para o “salve-se quem puder”.

Enquanto o “quebracabeça” começa a tomar forma, quem não tenta pular do barco busca se defender como pode.

Por seu lado, os associados, representados pela ASEAC e pelas demais entidades que reúnem os empregados da CEDAE, exigem providências, tanto das autoridades competentes quanto da Justiça. E foram a Brasília exigir isso pessoalmente à Secretaria de Previdência Complementar (SPC). De outro lado, a administração da PRECE, em vez de tomar medidas para apurar as denúncias que na gíria mais “chula” chamaríamos de “batom na cueca”, e punir os responsáveis, publica notas oficiais caríssimas na imprensa, pagas com dinheiro dos associados, para se defender e tentar justificar o injustificável.

O ideal é que a direção da PRECE nos brindasse com números e planos positivos para o futuro, como faz a Sabesp, o fundo de previdência da Sabesp, num exemplo de seriedade, competência e respeito com o dinheiro e o patrimônio de pessoas que trabalharam – e ainda

trabalham – para poder desfrutar de uma aposentadoria mais digna no futuro, depois de anos dedicados a uma causa tão nobre quanto a do Saneamento. Que inveja da Sabesp! – foi a frase mais usada por Flávio Guedes, presidente da ASEAC, ao ler a matéria sobre o fundo de pensão da SABESP no jornal Valor Econômico de 13/01/06.

Mas se a administração da PRECE não pode, ou não tem com-



QUEM É A CULPA?



Foto: Wilson Dias/ABR.

CPMI dos Correios ouve os depoimentos de alguns envolvidos no escândalo que envolveu a PRECE

petência para isso, pelo menos que faça como a atual direção do Núcleos – o fundo de pensão dos trabalhadores do setor de energia nuclear – que, em vez de tentar explicar erros gravíssimos de administrações passadas, admitiu as perdas em operações financeiras e tomou as providências necessárias para punir os responsáveis. O atual presidente da Núcleos, Marcos Elias, informou que já entrou com uma ação indenizatória

contra seis ex-dirigentes da fundação. E pretende ainda pedir a responsabilidade criminal dos envolvidos.

“É uma história da qual não nos orgulhamos, mas estamos fazendo tudo para responsabilizar os culpados”, afirmou Elias. Um belo exemplo! E afinal, as perdas da Núcleos entre 2003 e 2004, embora não sejam pequenas (R\$ 36,7 milhões), são infinitamente menores do que as da PRECE. “Top de linha” neste triste ranking de perdas.

Enquanto isso, ex-dirigentes da PRECE, corretoras e gestores dos fundos travam uma batalha na CPMI para tentar, um a um, transferir a culpa para o outro. Como se cada um deles pudesse cometer sozinho falcatruas, segundo a CPMI, do tamanho das que envolvem os últimos anos da PRECE, sem que o outro soubesse ou, no mínimo, fizesse “vista grossa”.

Ex-dirigentes atribuem a culpa aos gestores dos fundos. Estes, por sua vez, afirmam que a culpa pela alocação dos recursos é das corretoras. Um dos sócios da corretora Laeta, Cezar Sassoun, disse na CPMI que a responsabilidade pelas operações financeiras é dos gestores das entidades de previdência. “A Laeta não dá

O ideal seria que a direção da PRECE nos brindasse com números e planos positivos para o futuro, como faz a Sabesp, num exemplo de seriedade, competência e respeito com o dinheiro e o patrimônio dos associados

ordens aos fundos. É preciso perguntar aos gestores por que eles deram aquelas ordens naqueles dias”, afirmou o diretor da corretora. Segundo disse em depoimento ao deputado ACM Neto, mesmo que achasse aquelas ordens catastróficas, teria de obedecê-las.

O deputado ACM Neto foi categórico sobre isso: “Não vejo como a corretora possa estar de inocente nessa questão”. Resta saber, primeiro: quem contratou esta ou aquela corretora? Segundo: se o dinheiro fosse dela, a corretora cumpriria ordens catastróficas, sabendo que perderia milhões? E quem ganhou com isso, porque quem perdeu já se sabe: os trabalhadores e aposentados da CEDAE/PRECE.

Não podemos perder de vista que a responsabilidade pelas indicações e nomeações na gestão da PRECE é única e exclusiva da Direção da CEDAE, a mantenedora. Que, por sua vez, é indicada pelo acionista majoritário – o Governo do Estado, dono de 99,9% das ações da CEDAE. Portanto, tudo de bom e de ruim que ocorra na PRECE é de responsabilidade destes dois últimos, direção da CEDAE e Governo do Estado, afirma Flávio Guedes. 



Foto: Wilson Dias/ABR.

Fotos Divulgação

INDIGNAÇÃO E

Esse foi o sentimento comum que tomou conta das entidades que compõem o Movimento em Defesa da CEDAE, PRECE e CAC, depois que as primeiras notícias indicando a existência de irregularidades no fundo de previdência complementar dos empregados da CEDAE começaram a circular na imprensa. Outro sentimento comum é que essa situação precisa mudar e os responsáveis têm de ser punidos, para que fatos como esses não se repitam nunca mais. Os breves depoimentos de cada um dos integrantes do Movimento deixam isso bastante claro:

“A PRECE precisa ser democratizada, fazendo eleições para representante de seus Conselhos e construindo paridade na sua diretoria. Só assim não seremos mais surpreendidos com esses fatos lamentáveis em nível nacional, que destrói toda a imagem construída a custa de muito trabalho dos Cedaeanos.”

Humberto Lemos
ASTEC



“Malditos e malditas, desgraçados e desgraçadas sejam aqueles e aquelas que ajudam, permitem e trabalham para a destruição da PRECE. Que na morte, Deus não tenha piedade de

suas almas sebosas. E em vida, recebiam a maldição do sal!”

Flávio Guedes
ASEAC



“A PRECE é conquista do trabalhador da CEDAE. Conquista não gratuita, cuja manutenção requer investimento financeiro e operacional do corpo Produtivo da Empresa, visando, principalmente, uma aposentadoria digna para si, extensiva a seus dependentes, com a competência de bons investidores. Elegemos e nomeiam-se gestores para, com eficácia e probidade, multiplicarem valores para que a tranquilidade seja uma realidade e não as dúvidas e incertezas exis-

tentes de uns anos para cá. Exigimos capacidade administrativa e financeira dos seus dirigentes, para que todos tenhamos os frutos de investimentos seguros, resultando em aposentadorias que atendam a nossas expectativas e necessidades.

Jair de Carvalho Peixoto Jr
Sindicato dos Administradores

A maior parte dos trabalhadores brasileiros, ao se aposentarem, tem como prêmio 50% de seu salário reduzido. O trabalhador da CEDAE, através de muita luta, conquistou o fundo de pensão (PRECE), para que a aposentadoria não fosse tão amarga. É nesse sentido que nós trabalhadores da CEDAE, ativo ou aposentado, temos que estar atentos para os fatos que saíram em jornais, tv e revistas nos últimos meses, para que, no futuro, não tenhamos que pagar por este tipo de irresponsabilidade, conforme ocorreu na CAC. **“NOSSOS CONTRA CHEQUES NÃO SUPORTAM MAIS”.**

Jorge Cruz
ASCED

Impossível pensar que estamos livres de problemas sérios, momento de falta de confiança, aduzidas por má “gestão em práticas ilegais e temerá-

PERPLEXIDADE



rias”, envolvimento em gastos desnecessários em publicidade com recursos da nossa PRECE, que vergonha! Queremos um estatuto democrático, com paridade na diretoria do nosso fundo de pensão, respeito a todos os aposentados, pensionistas e participantes.

Vicente Miles Arantes
ASAPAE



Neste momento difícil temos que nos manter sintonizados com todas as entidades representativas da categoria cedaeana, juntos, no sentido não só de apurar todas as irregularidades da gestão “PRECE”, mas, também apontarmos um caminho melhor para o futuro das

nossas aposentadorias.
Valdemir Luiz de Carvalho
Conselheiro Eleito da Prece

A PRECE, que era para todos nós um Porto Seguro, tornou-se um poço de insegurança. A ingerência dos indicados pelo governo do Estado é tão grande que foi instaurada CPMI para apurar irregularidades, que não são poucas. Estamos na Luta defendendo a PRECE da mesma forma que defendemos a CEDAE. Acreditamos que a PRECE tem solução, basta o governo indicar pessoas que tenham compromisso com categoria e não com o seus interesses. É necessário que todas as entidades, sem exceção, se unam em defesa deste patrimônio do trabalhador.

Erliza Zozimo
STAECON

A PRECE tornou-se uma questão dramática para os trabalhadores da CEDAE. Assim como a CAC, foi criada com muita luta e sacrifícios. Hoje, as expectativas de uma complementação salarial na aposentadoria não são uma garantia, mas os trabalhadores podem ter a certeza de que continuaremos lutando para passarmos estas duas Entidades a limpo, democratizá-las com eleições

paritárias e transparência em suas gestões. Este é o nosso compromisso, e dele não abriremos mão.

Marco Lara
AFTAE

Nos últimos anos, a intranquilidade vem invadindo de maneira insidiosa os lares cedaeanos, colocando em risco, inclusive, o sonho de uma aposentadoria digna e sem turbulência. A principal alternativa para preservação do patrimônio construído com os recursos da CEDAE e dos trabalhadores é a união de todas as entidades representativas dos participantes da PRECE. Precisamos acompanhar de perto os acontecimentos, fiscalizando sua administração e interferindo nos rumos do nosso importante fundo de pensão.

Aloísio Souza da Silva
SENGE/RJ

A sucessão de erros na PRECE atingiu um estágio tão alarmante, que sua continuidade compromete os nossos recursos, a credibilidade do sistema de previdência complementar, assim como da própria Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Roquiram Miranda Lima
(Roque)





EXEMPLO DE COMPETÊNCIA

Previdência da Sabesp supera meta com investimento em ações

Que inveja da Sabesprev!

Enquanto a PRECE se vê às voltas com denúncias de irregularidades e prejuízos milionários por má gestão e outros motivos que estão sendo investigados pela sub-comissão da CPMI dos Correios, o fundo de pensão dos funcionários da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – Sabesprev – dá um “show” de competência e seriedade na aplicação do dinheiro de seus associados.

Es investimentos feitos pelo fundo de previdência em bolsa garantiram à Sabesprev um dos melhores resultados de sua história, fazendo inveja aos associados – ou vítimas – da PRECE – a previdência dos trabalhadores da coirmã fluminense, a CEDAE. O fundo que completa 15 anos agora em fevereiro, fechou o ano de 2005 com rentabilidade de 19,1%, quase o dobro de sua meta atuarial (INPC mais 6% ao ano). O destaque foi a carteira de ações, que rendeu 49%. O patrimônio do fundo hoje está em R\$ 830 milhões.

A gestão dos ativos da Sabesprev é separada em duas partes: os recursos das pessoas que já estão aposentadas, cerca de R\$ 300 milhões, ficam em papéis públicos (NTN-C), títulos indexados ao IGP-M). Essa carteira rendeu 10,8%. O restante é alocado nos segmentos de renda fixa, ações e imóveis. A rentabilidade ficou em 22,6%.

Lição à PRECE

A participação das ações na carteira de investimentos da Sabesprev, em 2006, deverá ter um aumento significativo, saltando dos atuais 11,5% para 17,1%, conforme já anunciou o diretor-presidente do fundo, José Sylvio Xavier. Segundo ele, os próprios modelos feitos para definir a alocação dos investimentos mos-

traram que o peso dos investimentos em bolsa deveria ser aumentado.

E já no início deste ano, todos os investimentos da Sabesprev já estão criteriosamente planejados para garantir o retorno necessário, de forma a assegurar o patrimônio dos associados. Essa transparência garante o controle dos associados acerca do desempenho: a previsão da fundação, por exemplo, é de que o Ibovespa – principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo – chegue aos 40 mil pontos em dezembro, o que equivale a uma alta de 20%. Em 2005, o ganho da bolsa veio principalmente do setor de mineração. A renda variável responde por 11,5% da carteira de investimento do fundo. E dentro da carteira de ações, o setor de mineração responde por 34%, seguido por telefonia (20,5%) e petróleo (13%). Os gestores escolhidos pelo fundo para renda variável foram o Credit Suisse e a Schroders.

Na renda fixa, cujo desempenho não foi considerado tão bom, a rentabilidade foi de 14,5%. Em renda fixa, a Sabesprev começou 2005 apostando nos fundos de recebíveis (FIDC), nos quais investiu R\$ 10 milhões (1,2% da carteira). Os fundos multimercados também passaram a receber recursos da Sabesprev, com R\$ 32 milhões (3,8% da carteira). A idéia do fundo agora é aumentar a participação dos recebíveis e dos multimercados dentro da carteira de

renda fixa este ano. Contudo, a renda fixa terá peso menor nos investimentos totais, caindo em 2006 de 78,5% para 73,2%.

“Diante desses números, nossa conclusão é de que, hoje, os resultados da Sabesprev estão para os da PRECE assim como os da Sabesp estão para os da CEDAE, de forma inversamente proporcional”, afirma o presidente da ASEAC. A Sabesp vem investindo perto de R\$ 1 bilhão por ano no saneamento de São Paulo, a maioria com recursos próprios, “numa clara demonstração de gestão de Estado, enquanto a CEDAE não tem conseguido sequer se candidatar como tomadora de recursos junto ao Ministério das Cidades, por não conseguir atender as exigências de melhoria da eficiência, condição imposta pelo governo federal para liberar recursos públicos para as operadoras, sinais característicos de uma gestão de governo”, afirma Flávio Guedes.

